

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL
CONTAS DE PREFEITO
EXERCÍCIO DE 2018

Em atendimento aos preceitos legais, apresentamos o Relatório Circunstanciado sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Itaguaçu, visando apresentar as informações sobre a Gestão dos recursos públicos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

1 - SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

1.1 - PLANEJAMENTO:

No tocante a receita, foi estimada em R\$ 39.765.034,00 (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos), visando custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos. A realização da receita atende ao regime de caixa.

A despesa foi fixada em R\$ 39.765.034,00, classificada em sua natureza por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento despesa, foi executada por regime de competência atendendo os estágios de empenho, liquidação e pagamento, conforme preceitua a Lei 4.320/64.

1.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº. 1.651 de 19 de dezembro de 2017, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 39.765.034,00 para o exercício de 2018.

1.2.1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A receita prevista para o exercício de R\$ 39.765.034,00 compõem-se de R\$ 37.911.034,00 de Receitas Correntes e R\$ 1.854.000,00 de Receitas de Capital.

1.2.1.1- Quadro Demonstrativo da Receita Orçamentária.

Detalhamento	Previsão	%	Arrecadada	%	Variações	%
Receitas Correntes	42.575.434,00	107,07	46.639.509,14	101,45	4.064.075,14	9,55
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias	2.124.030,00	5,34	2.100.704,64	4,57	-23.325,36	-1,10
Receita de Contribuições	670.000,00	1,68	731.674,50	1,59	61.674,50	9,21
Receita Patrimonial	680.400,00	1,71	362.927,98	0,79	-317.472,02	-46,66
Receita de Serviços	2.265.504,00	5,70	2.130.220,31	4,63	-135.283,69	-5,97
Transferências Correntes	36.629.000,00	92,11	41.047.667,91	89,29	4.418.667,91	12,06
Outras Receitas Correntes	206.500,00	0,52	266.313,80	0,58	59.813,80	28,97
(-) Dedução FUNDEB	4.664.400,00	11,73	4.773.752,56	10,38	109.352,56	2,34
SOMA RCL	37.911.034,00	95,34	41.865.756,58	91,07	3.954.722,58	10,43
Receitas de Capital	1.854.000,00	4,66	4.106.524,26	8,93	2.252.524,26	121,50
Operações de Crédito	10.000,00	0,03	0,00	-	-10.000,00	-100,00
Alienação de Bens	163.000,00	0,41	0,00	-	-163.000,00	-100,00
Transferências de Capital	1.661.000,00	4,18	4.106.524,26	8,93	2.445.524,26	147,23
Outras Receitas de Capital	20.000,00	0,05	0,00	-	-20.000,00	-100,00
RECEITA TOTAL	39.765.034,00	100,00	45.972.280,84	100,00	6.207.246,84	15,61

A receita orçamentária fiscal arrecadada do exercício, já deduzido o FUNDEB para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, foi de R\$ 45.972.280,84, gerando um superávit de arrecadação da ordem de R\$ 6.207.246,84.

As Receitas Correntes Brutas superaram em 9,55% à previsão e as Receitas de Capital apresentaram superávit de arrecadação de 121,50%. No confronto da receita prevista com a arrecadada houve um superávit de 15,61%, ou seja, a arrecadação atendeu as expectativas do planejamento orçamentário.

1.2.2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA

1.2.2.1 Créditos Adicionais Suplementares

Conforme disposto na Lei Orçamentária Anual, foram realizados durante o exercício de 2018 entre as unidades gestoras os seguintes créditos suplementares:

Os créditos autorizados podem ser assim demonstrados:

Créditos Orçamentários	Valor (R\$)
Créditos Orçamentários	39.765.034,00
Ordinários	39.765.034,00
(+) Créditos Adicionais	20.493.923,03
Suplementares por Anulação Dotação	12.759.030,47
Suplementares por Excesso de Arrecadação	1.796.927,62
Suplementares por Recursos de Convênios	2.927.118,27
Suplementares por Anulação de Outra U.G.	120.000,00
Superávit Financeiro Apurado no Exercício Anterior	2.890.846,67
(-) Anulações de Créditos	12.879.030,47
Orçamentários/Suplementares	12.879.030,47
(=) Créditos Autorizados (Despesa Autorizada)	47.379.926,56

Suplementação	Prefeitura	Fundo de Saúde	SAAE	Câmara	Total
Anulação de dotação	8.980.134,12	3.602.216,71	86.679,64	90.000,00	12.759.030,47
Excesso de Arrecadação	1.796.927,62				1.796.927,62
Superávit Financeiro do exercício anterior	2.296.264,43	83.390,54	511.191,70	0,00	2.890.846,67
Outra U.G.	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
Recurso de Convênios (Parecer Consulta 028/2004 TCCES)	2.927.118,27	0,00	0,00	0,00	2.927.118,27
Soma	16.000.444,44	3.805.607,25	597.871,34	90.000,00	20.493.923,03

As suplementações realizadas por fonte de recursos de convênios no valor de R\$ 2.927.118,27, foram aprovadas por lei específica e posteriormente abertas por Decretos do Poder Executivo, conforme segue:

Lei Autorizativa	Decreto	Data	Valor (R\$)
1.665/2018	0008843/2018	23/04/2018	15.000,00
1.670/2018	0008911/2018	23/07/2018	1.170.770,82
1641/2018	0008915/2018	30/07/2018	100.000,00
1.670/2018	0008947/2018	28/08/2018	377.856,75
1.678/2018	0008969/2018	21/09/2018	52.299,39
1.670/2018	0008975/2018	25/09/2018	895.814,85
0009002/2018	1.670/2018	05/11/2018	109.762,56
0009032/2018	1.678/2018	07/12/2018	205.613,90
TOTAL			2.927.118,27

As suplementações foram realizadas mediante Decretos específicos em suas respectivas unidades gestoras, atingindo o percentual de 51,54% sobre a despesa fixada. Com a exclusão dos créditos suplementares abertos com recursos de convênios, o percentual reduz para 44,18%, ou seja, ficou abaixo do limite autorizado na Lei Orçamentária Anual.

1.2.2.2 - Despesa por Categoria e Grupo de Despesa

Especificação	Valor (R\$)	%
1 – Despesa Corrente	39.744.906,20	86,40
1 – Pessoal	21.491.708,06	46,72
2 – Juros e Encargos	33.174,88	0,07
3 – Outros Custeios	18.220.023,26	39,61
2 – Despesa de Capital	6.255.939,84	13,60
4 – Investimentos	6.232.773,96	13,55
6 - Amortização	23.165,88	0,05
Total (1+2)	46.000.846,04	100,00

1.2.2.3 - Despesa por Funções

Função	Especificação	Valor (R\$)	%
01	Legislativa	1.351.926,68	3,45
04	Administração	6.920.607,65	16,91
06	Segurança Pública	2.597.702,11	0,14
08	Assistência Social	1.560.976,73	3,60
10	Saúde	8.879.752,74	22,08
12	Educação	11.603.473,55	27,20
13	Cultura	490.672,70	0,68
15	Urbanismo	5.690.844,04	6,94
17	Saneamento	2.721.055,42	4,42
18	Gestão Ambiental	1.076.667,13	
20	Agricultura	797.546,63	11,73
25	Energia	573.967,48	1,60
26	Transporte	1.534.195,49	0,16
27	Desporto e Lazer	201.457,69	1,08
	Total	46.000.846,04	100,00

1.2.2.4 - Resultado Consolidado da Execução Orçamentária

Especificação	Previsão Autorizada	Execução	Diferenças
Receitas	39.765.034,00	45.972.280,94	6.207.246,94
Despesas	47.379.926,56	46.000.846,04	1.379.080,52
Superávit da Execução		28.565,10	

De acordo com os dados apresentados acima, evidenciamos um déficit na execução orçamentária, na ordem de R\$ 28.565,10 que foi compensado pelos créditos adicionais suplementares abertos com recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior no total de R\$ 2.890.846,67.

1.2.2.5- Quadro Simplificado da Despesa

Especificação	Poder Executivo	Poder Legislativo	Total
Fixada	37.765.034,00	2.000.000,00	39.765.034,00
Atualizada	45.379.926,56	2.000.000,00	47.379.926,56
Empenhada	44.648.919,36	1.351.926,68	46.000.846,04
Saldo de Dotação	731.007,20	648.073,32	1.379.080,52
Liquidada	44.648.919,36	1.351.926,68	46.000.846,04
Empenhada a Liquidar	0,00	0,00	0,00
Paga	42.893.052,33	1.348.708,16	44.241.760,49
Liquidada a Pagar	1.755.867,03	3.218,52	1.759.085,55
Empenhada a Pagar	1.755.867,03	3.218,52	1.759.085,55

Ao final do exercício de 2018, ficou registrado de Restos a Pagar Processado o montante de R\$ 1.759.085,55, sendo R\$ 1.755.867,03 do Poder Executivo e R\$ 3.218,52 do Poder Legislativo.

Do valor orçado atualizado restou um saldo orçamentário de R\$ 1.379.080,52.

1.3 - DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

1.3.1 - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 29 de 13/09/2000 ficaram garantidos recursos mínimos a serem aplicados pelo Município nas ações e serviços públicos de saúde. A aplicação mínima exigida é de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Receitas para Apuração da Aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde.	Receita Realizada	%	Valor Devido
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.737.374,38	15%	260.606,16
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	276.706,19	15%	41.505,93
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos – ITBI	178.307,33	15%	26.746,10
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	859.202,29	15%	128.880,34
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	354.493,23	15%	53.173,98
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	5.953,95	15%	893,09
Dívida Ativa dos Impostos	46.766,16	15%	7.014,92
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.945,23	15%	2.391,78
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	24.991.219,21	15%	3.748.682,88
Cota-Parte FPM	13.930.022,52	15%	2.089.503,38
Cota-Parte ITR	22.000,34	15%	3.300,05
Cota-Parte IPVA	586.331,55	15%	87.949,73
Cota-Parte ICMS/FUNDAP	10.147.451,16	15%	1.522.117,67

Cota-Parte IPI-Exportação	223.780,64	15%	33.567,10
Desoneração ICMS (LC 87/96)	81.633,00	15%	12.244,95
Total das Receitas p/ Apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	26.728.593,59	15%	4.009.289,04

Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Empenhada	8.879.752,74
Empenhada com Recursos do SUS e Outros	3.955.878,39
Despesa Efetuada com Recursos Próprios –Saúde	4.923.874,35
Total Devido (15% de Impostos e Transferências)	4.009.289,04
Aplicação acima do limite mínimo 15%	914.585,31
Percentual Aplicado	18,42%
Percentual Aplicado à Maior	3,42%

A aplicação obrigatória de 15% seria de R\$ 4.009.290,04. Considerando a despesa empenhada, o percentual real aplicado foi de 18,24%, perfazendo um superávit de aplicação de R\$ 914.585,31.

1.3.2 - APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Receitas para Apuração da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.	Receita Realizada
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.737.374,38
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	276.706,19
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos – ITBI	178.307,33
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	859.202,29
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	354.493,23
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	5.953,95
Dívida Ativa dos Impostos	46.766,16
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.945,23
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (II)	24.991.219,21
Cota-Parte FPM	13.930.022,52
Cota-Parte ITR	22.000,34
Cota-Parte IPVA	586.331,55
Cota-Parte ICMS	10.147.451,16
Cota-Parte IPI-Exportação	223.780,64
Desoneração ICMS (LC 87/96)	81.633,00
Total das Receitas p/ Apuração da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.	26.728.593,59
Transferências de Recursos do FUNDEB	5.353.603,50
Aplicação Financeira do FUNDEB	2.152,86
Soma	5.355.756,26
Valor Efetivamente gastos com profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	4.479.707,61
Percentual Efetivamente Aplicado com Profissionais do Magistério	83,64%
Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE	7.558.183,68
Percentual Efetivamente Aplicado na Educação (Art. 212 CF.).	28,28%

O demonstrativo de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino à Conta dos Recursos Livres e dos Vinculados evidencia que para um total de Receitas na ordem de R\$ 26.728.593,59, foram aplicados 7.558.183,687, representando um percentual de 28,28 % (vinte e oito vírgula vinte e oito por cento), superando o mínimo estabelecido pelo artigo 212 da Constituição Federal.

Com os profissionais do magistério em efetivo exercício de suas funções foram aplicados dos recursos provenientes do FUNDEB e das aplicações financeiras 83,64%, conforme evidenciado no Anexo VIII do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

1.3.3 - DESPESAS COM PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	Poder Executivo DESPESAS LIQUIDADAS	Poder Legislativo DESPESAS LIQUIDADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL	20.429.422,97	1.062.285,09
Pessoal Ativo	19.118.560,72	1.062.285,09
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.310.862,25	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do Art. 19 da LRF)		
Indenização por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	176.688,27	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	20.252.734,70	1.062.285,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	41.865.756,58	
PERCENTUAL DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RCL	48,38%	2,54%

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece em seu artigo 20, inciso III, alínea “b,” que os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder em 54,00% (cinquenta e quatro por cento), entretanto o Município aplicou apenas 48,38% (quarenta e oito vírgula trinta e oito por cento) ficando abaixo do limite prudencial de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e do limite de alerta 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento), **cumprindo** a norma contida no artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000.

O Poder Legislativo gastou com pessoal 2,54% (dois vírgula cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, **cumprindo** a norma contida no artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº. 101/2000.

1.3.4 - Limites do Poder Legislativo

Receita Tributária e Transferências Constitucionais do Exercício Anterior	Valor (R\$)	%
RECEITA TOTAL	25.738.629,22	100
Valor Máximo a Ser Aplicado – Limite Constitucional = 7%	1.801.704,05	7,00
Valor Orçado Pela Câmara para o Exercício de 2018	2.000.000,00	7,77
Valor Repassado na forma de Duodécimo	1.801.704,05	7,00
Despesa Realizada pelo Poder Legislativo	1.351.926,68	5,25

Valor Efetivamente Aplicado a Menor	449.777,37	1,75
-------------------------------------	------------	------

Do montante repassado de R\$ 1.801.704,05, no qual representa 7,00% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e artigos 158 e 159 da Constituição Federal, arrecadadas no exercício anterior, foi aplicado R\$ 1.351.926,68, restando um saldo de R\$ 449.777,37, desta forma fica evidenciado o cumprimento do estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal.

1.3.5 - Despesa com Pessoal do Poder Legislativo

Repasse recebido do Poder Executivo	Despesa com Folha de Pagamento	%
1.801.704,05	1.062.285,09	58,96%

O montante da despesa com folha de pagamento com vencimentos e encargos sociais foi da ordem de R\$ 1.062.285,09, representando 58,96% da receita total do Poder Legislativo. Ao expurgar os encargos sociais no total de R\$ 186.858,47 o percentual foi de 48,59%, desta forma **cumpriu** o estabelecido no artigo 29-A, § 1º da Constituição Federal.

1.4 - Análise Financeira

O Anexo 13 da Lei 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, em que os ingressos e os dispêndios demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a receita e a despesa orçamentária, os recebimentos e dos pagamentos de natureza extraorçamentária, as transferências, bem como os saldos do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

1.4.1- Fluxo Financeiro

Saldo do Exercício Anterior		9.654.593,67
(+) Ingressos no Exercício		61.510.123,07
Orçamentária	45.972.280,84	
Transferências Financeiras Recebidas	7.927.727,49	
Extraorçamentária	7.610.114,74	
(-) Pagamentos Efetuados		61.276.117,55
Orçamentária	46.000.846,04	
Transferências Financeiras Concedidas	7.927.727,49	
Extraorçamentária	7.347.544,02	
(=) Saldo p/ o Exercício Seguinte		9.888.599,19
Receita Orçamentária		45.972.280,84
Despesa Orçamentária Realizada		46.000.846,04
Superávit da Execução		28.565,20
Saldo Financeiro do Exercício Anterior		9.654.593,67
(+) Receita Extraorçamentária		7.610.114,74
(+) Transferências Financeiras Recebidas		7.927.727,49
(-) Despesa Extraorçamentária		7.347.544,02
(-) Transferências Financeiras Concedidas		7.927.727,49
(=) Saldo Financeiro		9.917.164,39

Saldo Financeiro Extraorçamentário	9.917.164,39
(+) Déficit da Execução	28.565,20
(=) Resultado Financeiro do Exercício	9.888.599,19
 Despesa Orçamentária Realizada	 46.000.846,04
(-) Despesa Orçamentária Paga	44.241.760,49
(=) Despesa Inscrita em Restos a Pagar	1.759.085,55

Na análise financeira fica evidenciado um déficit da execução, da ordem de R\$ 28.565,20, o que demonstra um equilíbrio das contas públicas.

De acordo com os dados apresentados acima, evidenciamos um déficit na execução orçamentária, na ordem de R\$ 28.565,10 que foi compensado pelos créditos adicionais suplementares abertos com recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior no total de R\$ 2.890.846,67.

Ao final do exercício de 2018 observou-se um saldo financeiro para o exercício seguinte de R\$ 9.888.599,19, disponível junto às instituições bancárias oficiais.

1.4.2 - Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar no montante de R\$ 1.500.586,08 referem-se a compromissos liquidados e à liquidar, conforme segue:

Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados		Restos a Pagar Não Processados	
	Inscritos		Inscritos	
	Em Exercícios Anteriores	No Exercício	Em Exercícios Anteriores	No Exercício
Poder Executivo	3.270,00	1.755.866,83	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito	0,00	27.132,84	0,00	0,00
Sec. Munic. de Administração	0,00	206.981,78	0,00	0,00
Sec. Municipal de Finanças	0,00	38.350,51	0,00	0,00
Sec. Munic. de Educação e Cultura	0,00	463.856,09	0,00	0,00
Sec. Municipal de Esporte, Turismo e Lazer	0,00	62.724,10	0,00	0,00
Sec. Municipal de Infra Estrutura e Desenvolvimento Urbano	0,00	386.073,58	0,00	0,00
Sec. Municipal de Interior e Transportes	0,00	105.584,30	0,00	0,00
Sec. Munic.de Assistência Social	0,00	120.403,75	0,00	0,00
Sec. Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	16.066,77	0,00	0,00
Sec. Municipal de Saúde	3.270,00	328.693,11	0,00	0,00
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto	0,00	0,00	0,00	763,60

Poder Legislativo	0,00	3.218,52	0,00	0,00
TOTAL GERAL	3.270,00	1.759.085,35	0,00	0,00

1.4.3 - Dívida Flutuante

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE		R\$
Saldo do Exercício Anterior		1.665.086,93
Restos a Pagar Processado		1.526.208,75
Restos a Pagar Não Processado		14.695,84
Depósito/Consignações		124.182,34
Inscrição		7.072.472,54
(+) Depósito de Diversas Origens		5.313.387,19
(+) Restos a Pagar Processado		1.759.085,35
(+) Restos a Pagar Não Processado		0,00
Saídas		6.813.400,30
(-) Depósito de Diversas Origens		5.275.765,66
(-) Restos a Pagar Processados (Pagos)		1.522.938,75
(-) Restos a Pagar Não Processados (Pagos)		13.777,21
(-) Restos a Pagar Processados (Cancelados)		0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados (Cancelados)		918,63
(-) Cancelamentos de Depósito/Consignações		0,05
(+) Encampação		0,00
(=) Saldo para o Exercício Seguinte		1.924.159,37
Restos a Pagar Processado		1.762.355,55
Restos a Pagar Não Processado		0,00
Depósito/Consignações		161.803,82

A movimentação da Dívida Flutuante evidencia um saldo atual de R\$ 1.924.159,37, sendo R\$ 1.762.355,35 de Restos a Pagar Processado e R\$ 161.803,82 de Depósito/Consignações de diversas origens.

1.5 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial constitui numa das importantes peças contábeis, pois evidencia a real situação do patrimônio da Entidade, constituído pelo conjunto de bens, direitos e obrigações, permitindo aferir desta forma a situação econômica e financeira do patrimônio público.

De modo a demonstrar a situação patrimonial do Município de Itaguaçu-ES, segue abaixo o quadro demonstrativo:

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Circulante	15.423.093,76	Circulante	1.948.508,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.888.599,19	Obrigações à Curto Prazo	1.948.508,17
Créditos e Valores à Curto Prazo	5.278.119,04		
VPD pagas antecipadamente	18.021,88		
Estoque	238.353,65		

Não Circulante	88.828.412,80	Não Circulante	159.069,17
Dívida Ativa	2.368.592,50	Empréstimo a Pagar à Longo Prazo	159.069,17
Imobilizado (Bens Móveis)	11.238.613,61		
Imobilizado (Bens Imóveis)	75.221.206,69		
		SALDO PATRIMONIAL	102.143.929,22
TOTAL	104.251.506,56		104.251.506,56
Ativo Financeiro	9.901.514,12	Passivo Financeiro	1.924.159,37
Ativo Permanente	94.349.992,44	Passivo Permanente	183.417,97
Saldo Patrimonial			102.143.929,22

1.6 - DÍVIDA PÚBLICA

São os compromissos de exigibilidade superiores a 12 meses que dependem de autorização orçamentária, classifica-se no Passivo Permanente do Balanço Patrimonial preconizado pela Lei 4.320/64. Face a suspensão da dívida com o INSS, mediante documentos comprobatórios expedidos pela Agência da Receita Federal do Estado do Espírito Santo, o saldo remanescente de 2017 foram cancelados em 2018 por lançamentos contábeis para fins de ajustar ao real saldo da dívida do Município.

O débito existente, constante no Anexo XVI e evidenciado no Anexo II do RGF, trata-se do parcelamento firmado com a Receita Federal de saldo devedor do PASEP, no qual ficou registrado ao término do exercício de 2018 o montante de R\$ 159.069,17.

1.7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A movimentação registrada no Balanço Patrimonial (Consolidado) dos lançamentos contábeis entre o Ativo e o Passivo evidenciou um saldo patrimonial no montante de R\$ 58.638.635,09 assim distribuídos:

ENTIDADE	VALOR R\$
Prefeitura Municipal	87.526.281,42
Fundo Municipal de Saúde	11.452.816,11
SAAE	1.233.050,51
Câmara Municipal	1.931.844,18
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	102.143.929,22

Itaguaçu-ES, 27 de março de 2019.

